

A crise econômica da Europa, mudanças climáticas e a Rio +20

A voz corrente entre as pessoas que participam das negociações de mudanças climáticas é que por trás deste manto está a economia, a economia e a economia. Pois a crise econômica que permeia os países desenvolvidos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, está trazendo a tona uma dose de pragmatismo econômico a essas economias, às vésperas de mais uma Convenção do Clima, que será realizada em Durban, África do Sul.

A União Europeia, pela primeira vez, está questionando se deve ir em frente com suas metas de redução de emissões já que outros países não estão comprometidos com isso, o que pode levar a uma mudança de política deste bloco. Como nestes países as emissões estão ligadas diretamente a energia, eles questionam se devem deixar os combustíveis fósseis para investir em renováveis por conta de políticas de mudanças climáticas, quando não há um acordo global para reduzir as emissões.

A Europa sempre foi a líder na busca de um acordo internacional de redução emissões de CO₂. Fez um grande lobby para manter Kyoto após 2012, mas a pressão contra a renovação vem do Japão (pós-Fukushima), Canadá, e Rússia, países que assinaram o acordo anterior. O cenário econômico de 1997, quando Kyoto nasceu, era outro, o preço do gás era baixo, a Rússia estava com uma economia em decomposição e isso ajudou a Europa a montar uma estratégia que tornaria fácil obter a redução de 5 % das emissões, com a montagem de um esquema econômico de mercado de carbono.

Depois de 2000, os preços dos fósseis se alteraram (petróleo e gás subiram) e o carvão, foi o pilar do desenvolvimento de China e Índia, crescendo 5,58 % ao ano na última década. A Europa com seus elevados subsídios as energia renováveis, que servem para reduzir a sua dependência energética, foi desenvolvendo as tecnologias verdes que, por meio de lobby nos governos, foi exportada a outros países, inclusive o Brasil. Neste momento de crise econômica, os europeus caem na realidade pragmática da competitividade de seus produtos e serviços. Existe um *trade-off* entre descarbonização e competitividade e a Europa não quer perder sua competitividade, pois precisa sair da crise e competir em igualdade com a Ásia e os Estados Unidos que têm custos mais baratos de energia por estarem utilizando os combustíveis fósseis, especialmente o carvão.

Em maio de 2010, a Comissão Europeia estimou que uma redução de 20 % de CO₂ custaria 48 bilhões de euros por ano. Nos países em desenvolvimento, onde o Brasil se encontra, a redução da pobreza e da miséria são os focos principais. Para tanto, emprego e renda, trazidos pela competitividade industrial são fundamentais. No caso brasileiro, por termos uma matriz limpa, não temos uma economia carbonizada e nem a necessidade de aumentar os custos de nossa indústria por conta de mudanças climáticas. Por outro lado, o artigo terceiro da Lei 12.187/09 determina que a política nacional de mudanças climáticas deve considerar: parágrafo único “Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação

da pobreza e a redução das desigualdades sociais”. A Rio + 20 foi concebida dentro deste conceito.

No setor elétrico, devemos levar em consideração que o Brasil, apesar do crescimento do PIB de 4,3 % ao ano, nos últimos cinco anos, ainda permanece com cerca de 2.400 Kwh percapita, metade do que a ONU estabelece como o consumo de um país desenvolvido. Precisaremos de todas as fontes energéticas para, pelo menos duplicar esse consumo em 20 anos e por isso torna-se absurdo, criar políticas que discriminem os combustíveis fósseis, especialmente o carvão mineral nacional, a maior reserva de combustível fóssil do Brasil.

Nos últimos três anos, o carvão foi retirado dos leilões A-5 por conta das mudanças climáticas. Existe, por outro lado, restrições de compensação de CO₂ (IN07/09 e IN12/10 do IBAMA) exigindo um esforço que eleva os custos da energia do carvão. Além disso, há o financiamento do BNDES mais desvantajoso em relação às fontes renováveis.

A política de apoio do governo para as energias renováveis é de toda a ordem e o motivo é a mudança climática. Isenções de tributos, encargos do setor elétrico etc, levam a essas energias serem “competitivas”. Mas esse apoio é pago pela Sociedade Brasileira sob forma de outros tributos. Não há lanche grátis. Portanto a Sociedade Brasileira está pagando pela tonelada de CO₂ evitada, mas diferentemente da Europa, de forma não transparente. No momento que se discute nos países ricos a retirada dos subsídios para energia renováveis (Inglaterra, Alemanha etc.) por aqui temos várias iniciativas no Congresso Nacional, visando criar novos subsídios.

Está na hora de discutirmos uma matriz energética que leve em consideração os princípios da sustentabilidade dentro do conceito da Rio + 20, incorporando o impacto sócio econômico da fonte energética, o seu impacto no desenvolvimento regional, o seu preço sombra, seus empregos etc., incluindo essa variável nas decisões de política energética. A geração térmica a carvão é competitiva, respeita o meio ambiente, agrega valor a economia (cadeia produtiva – mina de carvão, mina de calcário, fábrica de cimento, etc.) e não pode ser penalizada, nas políticas energéticas onde pesa mais o valor do CO₂. Um país em desenvolvimento com 47% de energia renovável, matriz invejável por todos, tem um crédito a negociar. Sabendo do término de seu potencial hidráulico (15/20 anos), deveria estar estruturando uma matriz energética equilibrada, preservando sua vocação renovável/térmica, para não ser surpreendido, no futuro com restrições ou aumento de custos, por conta de barreiras não tarifárias (gCO₂/MWh).

O Governo Federal, reconhece a importância da energia fóssil, quando vetou o artigo 10 da Lei 12.187/09, aprovada no Congresso Nacional que previa a substituição dos fósseis afirmando que “Razões para o veto : ... Essa indicação, entretanto, não está adequadamente concatenada com as necessidades energéticas do País, o que pode fragilizar a confiabilidade e a segurança do sistema energético nacional”. Temos a certeza que uma eficiente governança no assunto mudanças climáticas/energia, ao estruturar uma matriz energética equilibrada, atenderá os anseios da Sociedade Brasileira. A estruturação de um parque térmico a carvão é importante para dar a

segurança energética e tranqüilidade ao Brasil, buscando a competitividade de nossa indústria e a redução da miséria deste País.

Fernando Luiz Zancan

Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM

Outubro de 2011